

Normas

DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR NA U.PORTO

Secção Permanente do Senado de 06 de Abril de 2005

Preâmbulo

Esta norma para a definição do Calendário Escolar, comum a todas as unidades orgânicas da UP, começa por apontar alguns pressupostos que se aceitam como definidores de uma política geral a adoptar:

1. É vantajoso que o ano lectivo comece simultaneamente em toda a Universidade. As vantagens ultrapassam a desejável identidade institucional, tendo sobretudo que ver com razões práticas de eficácia no alcance de objectivos de mobilidade de estudantes e docentes, de optimização de recursos humanos e físicos, da implementação da multidisciplinaridade nos cursos e na potenciação da interdisciplinaridade das unidades orgânicas.
2. Para além de um início de ano comum, e pelas mesmas razões, será importante a adopção do sistema de semestralização. A proposta de calendário que aqui se apresenta só será realmente eficaz quando o regime semestral for generalizadamente praticado.
3. Considera-se ainda que, não só pelas razões práticas já apontadas e outras de natureza administrativa, como também por razões pedagógicas, o ano lectivo deverá ser concluído em Julho, com todas as provas de avaliação realizadas, permitindo que todos os alunos possam beneficiar de férias efectivas. Para este efeito, a denominada época de recurso deverá ser realizada imediatamente após a denominada época normal, na parte final de cada semestre.
4. A implementação do sistema ECTS obriga a uma organização do ensino/aprendizagem em torno do aluno e do tempo gasto por este na actividade escolar, pelo que a definição de regras para o Calendário Escolar tornará mais comparável e uniforme dentro da UP a atribuição dos ECTS.

Regras para a definição do Calendário Escolar das unidades orgânicas da UP

1. O Calendário Escolar de cada unidade orgânica será elaborado pelo órgão estatutariamente competente, tendo em conta as normas gerais a seguir apresentadas.

2. O Calendário Escolar elaborado por uma unidade orgânica que obedeça rigorosamente a estas normas gerais, considera-se aprovado, devendo ser remetido ao Reitor da UP, para conhecimento, até ao final de Dezembro do ano anterior ao do início do ano lectivo a que diz respeito.
3. O Calendário Escolar elaborado por uma unidade orgânica que não obedeça na totalidade a estas normas gerais deve ser remetido ao Reitor da UP para aprovação, até ao final de Dezembro do ano anterior ao do início do ano lectivo a que diz respeito, acompanhado da indicação das circunstâncias excepcionais que fundamentaram a não consideração de qualquer uma destas normas gerais.
4. O Calendário Escolar, uma vez aprovado, deverá ser rigorosamente respeitado.
5. O início do primeiro semestre do ano lectivo terá lugar no primeiro dia útil da segunda semana completa de Setembro. O início do segundo semestre terá lugar no primeiro dia útil de uma das semanas entre a vigésima segunda e a vigésima quarta após o início do ano lectivo.
6. Cada semestre terá uma duração de 20 semanas de trabalho, incluindo todas as formas e épocas de avaliação.
7. As férias do Natal terão a duração de 2 semanas e as férias da Páscoa terão a duração de 1 semana.
8. Compete à Secção Permanente do Senado fixar, até 30 de Outubro do ano anterior ao do início do ano lectivo a que diz respeito o calendário escolar, a semana concreta para início do segundo semestre (ponto 5), bem como as datas concretas para as férias do Natal e da Páscoa (ponto 7).
9. Estas normas aplicam-se na sua totalidade a partir do ano lectivo 2006/2007 inclusive. Para o ano lectivo 2005/2006 vigorará um período transitório de aplicação em que será possível não serem acolhidas algumas das normas aqui definidas.